

Serviço de Apoio
às Micro e
Pequenas
Empresas de
Roraima -
SEBRAE/RR

**Demonstrações intermediárias em
30 de junho de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Roraima - SEBRAE/RR

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.603	12.435	Fornecedores	12	662	387
Recursos vinculados a convênios e contratos	8	1.421	204	Obrigações trabalhistas		246	286
Créditos com o sistema SEBRAE	15	2.535	1.885	Obrigações tributárias		125	362
Transações com convênios a executar	9	97	94	Provisões trabalhistas	13	1.190	1.200
Despesas antecipadas		80	46	Obrigações com o sistema SEBRAE	15	<u>1.429</u>	<u>204</u>
Outros créditos		<u>548</u>	<u>131</u>				
				Total do passivo circulante		<u>3.652</u>	<u>2.439</u>
Total do ativo circulante		<u>9.284</u>	<u>14.795</u>				

Não circulante			Não circulante		
			Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	14	- 52
Depósitos judiciais	14	47 55	Obrigações com o sistema SEBRAE	15	- 16
Aplicações financeiras	10	28.315 25.193			
Imobilizado	11	<u>13.973 6.294</u>	Total do passivo não circulante		<u>- 68</u>
Total do ativo não circulante		<u>42.335 31.542</u>	Patrimônio líquido	16	
			Superávit acumulado		45.824 41.677
			Ajuste de avaliação patrimonial		<u>2.143 2.153</u>
			Total do patrimônio líquido		<u>47.967 43.830</u>
Total do ativo		<u><u>51.619 46.337</u></u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>51.619 46.337</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Dirigentes:

Luciana Surita da Motta Macedo

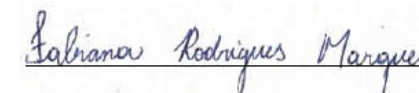
Diretora Superintendente

Almir Moraes Sá

Diretor de
Administração
e Finanças

Maria Cristina de Andrade Souza

Diretora Técnica



Fabiana Rodrigues Marques

Contadora CRC-RR 1007

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Roraima - SEBRAE/RR

Demonstrações dos resultados

Período de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016
Receitas operacionais					
Contribuições sociais	15	8.605	16.220	10.425	18.981
Receitas de empresas beneficiadas		98	265	148	183
Receita de convênios, subvenções e auxílios financeiros		-	-	105	105
Outras receitas operacionais		94	98	251	473
		<u>8.797</u>	<u>16.583</u>	<u>10.929</u>	<u>19.742</u>
Despesas operacionais					
Pessoal, encargos e benefícios sociais	17	(3.288)	(6.201)	(3.143)	(5.933)
Serviços profissionais e contratados	18	(2.924)	(4.285)	(2.234)	(3.297)
Custos e despesas de operacionalização	19	(1.920)	(2.870)	(1.731)	(2.383)
Encargos diversos		(250)	(393)	(284)	(383)
Provisões		55	(49)	2	(58)
Depreciação		(241)	(453)	(132)	(266)
Outras		(26)	(26)	(5)	(118)

		<u>(8.594)</u>	<u>(14.277)</u>	<u>(7.527)</u>	<u>(12.438)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>203</u>	<u>2.306</u>	<u>3.402</u>	<u>7.304</u>
Receitas financeiras	20	827	1.846	1.045	2.007
Despesas financeiras	20	<u>(7)</u>	<u>(15)</u>	<u>(3)</u>	<u>(9)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>820</u>	<u>1.831</u>	<u>1.042</u>	<u>1.998</u>
Superávit do exercício		<u><u>1.023</u></u>	<u><u>4.137</u></u>	<u><u>4.444</u></u>	<u><u>9.302</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Dirigentes:

Luciana Surita da Motta Macedo

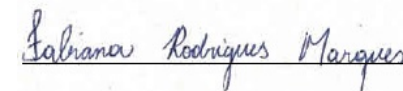
Diretora Superintendente

Almir Morais Sá

Diretor de Administração e Finanças

Maria Cristina de Andrade Souza

Diretora Técnica



Fabiana Rodrigues Marques

Contadora CRC-RR 1007

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Roraima - SEBRAE/RR

Demonstrações dos resultados abrangentes

Período de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016
Superávit do exercício	1.023	4.137	4.444	9.302
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	<u>1.023</u>	<u>4.137</u>	<u>4.444</u>	<u>9.302</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Dirigentes:

Luciana Surita da Motta Macedo

Diretora Superintendente

Almir Morais Sá

Diretor de Administração e Finanças

Maria Cristina de Andrade Souza

Diretora Técnica



Fabiana Rodrigues Marques

Contadora CRC-RR 1007

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Roraima - SEBRAE/RR

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Superávit acumulado	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	23.788	2.179	25.967
Baixa no ajuste da avaliação patrimonial		(4)	(4)
Realização do ajuste da avaliação patrimonial	10	(10)	-
Superávit do exercício	<u>9.302</u>	<u>-</u>	<u>9.302</u>
Saldos em 30 de junho de 2016	33.100	2.165	35.265
Saldos em 1ª de janeiro de 2017	41.677	2.153	43.830
Baixa no ajuste da avaliação patrimonial	-	-	-
Realização do ajuste da avaliação patrimonial	10	(10)	-
Superávit do exercício	<u>4.137</u>	<u>-</u>	<u>4.137</u>
Saldos em 30 de junho de 2017	<u>45.824</u>	<u>2.143</u>	<u>47.967</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Dirigentes:

Luciana Surita da Motta Macedo

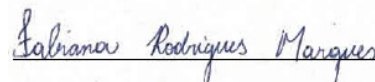
Diretora Superintendente

Almir Moraes Sá

Diretor de Administração e Finanças

Maria Cristina de Andrade Souza

Diretora Técnica



Fabiana Rodrigues Marques

Contadora CRC-RR 1007

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Roraima - SEBRAE/RR

Demonstrações dos fluxos de caixa

Período de seis meses findos em 30 junho de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	30/06/2017	30/06/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	4.137	9.302
Ajustes para:		
Depreciação	454	266
Resultado na baixa de imobilizado	6	122
Rendimento de aplicações financeiras de longo prazo	(1.189)	(1.301)
Baixa no ajuste da avaliação patrimonial	-	(4)
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	(52)	1
	<u>3.356</u>	<u>8.386</u>
Redução (aumento) nos ativos:		
Recursos vinculados a convênios e contratos	(1.217)	181
Créditos com o sistema SEBRAE	(650)	25
Transações com convênios a executar	(3)	(23)
Despesas antecipadas	(34)	(17)
Outros créditos	(417)	(250)
Depósitos judiciais	8	7
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	275	459
Obrigações trabalhistas	(40)	100
Obrigações tributárias	(237)	18
Provisões trabalhistas	(10)	38
Obrigações com o sistema SEBRAE	1.209	(7.990)
	<u>2.240</u>	<u>934</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>2.240</u>	<u>934</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de imobilizado	(8.139)	(175)
Aplicações financeiras	(10.259)	(7.700)
Resgate de aplicações financeiras	8.326	-
	<u>(10.072)</u>	<u>(7.875)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(10.072)</u>	<u>(7.875)</u>
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	(7.832)	(6.941)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	<u>12.435</u>	<u>13.521</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março	<u><u>4.603</u></u>	<u><u>6.580</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Dirigentes

Luciana Surita da Motta Macedo

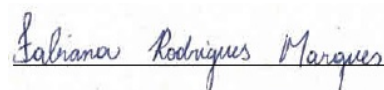
Diretora Superintendente

Almir Morais Sá

Diretor de Administração e Finanças

Maria Cristina de Andrade Souza

Diretora Técnica



Fabiana Rodrigues Marques

Contadora CRC-RR 1007

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Roraima - SEBRAE/RR

Balanco Orçamentário

Período de seis meses findos em 30 junho de 2017 e 2016

Período: Abril a Junho de 2017						Balanco Orçamentário - Sebrae/RR						R\$ mil	
Receitas	Execução Período Anterior (a)	Ano Atual		% (c/b)	Δ % (c/a)	Despesas	Execução Período Anterior (a)	Ano Atual		% (c/b)	Δ % (c/a)		
		Previsão Original (b)	Execuç ão (c)					Previsão Original (b)	Execuç ão (c)				
Receitas Correntes	21.389	40.055	18.438	46,03	-13,79	Despesas Correntes	12.085	37.338	13.828	37,03	14,43		
Contribuição Social Ordinária-CSO	18.298	29.489	14.701	49,85	-19,66	Pessoal, Encargos e Benefícios	5.933	15.050	6.201	41,20	4,52		
Contribuição Social do Sebrae/NA-CSN	683	5.532	1.519	27,46	122,37	Serviços Profissionais e Contratados	3.297	16.647	4.285	25,74	29,97		
Convênios (Parceiros + Sebrae/NA)	105	958	-	0,0%	-100,00	Demais Despesas Operacionais	2.383	4.919	2.870	58,35	20,44		
Aplicações Financeiras	2.007	3.360	1.846	54,94	-8,01	Encargos Diversos	449	671	449	66,92	0,03		
Empresas Beneficiadas	183	516	265	51,36	45,07	Transferências	23	51	23	45,10	-0,43		
Outras Receitas	113	200	107	53,50	5,21								
Déficit Corrente						Superávit Corrente	9.304		4.610				
Receitas de Capital	207	-	-	0,0%	0,0%	Despesas de Capital	175	953	8.200	860,44	4.582,85		
Alienação de Bens	207	-	-	0,00	0,00	Investimentos / Outros	175	953	8.191	859,50	4677,71		
Oper. Crédito / Receb. Empréstimos	-	-	-	0,00	0,00	Amortização de Empréstimos	-	-	9	0,00	0,00		
Saldo de Exercícios Anteriores		1.500				Fundo de Reserva		3.264					
Receitas Totais	21.595	41.555	18.438	44,37	85,38	Despesas Totais	12.260	41.555	22.028	53,01	179,68		
Déficit Total			3.590			Superávit Total	9.336						
Total Geral	21.595	41.555	22.028	53,01	102,00	Total Geral	21.595	41.555	22.028	53,01	2,00		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Dirigentes:

Luciana Surita da Motta Macedo
Diretora Superintendente

Maria Cristina de Andrade
Diretora Técnica

Almir Morais Sá
Diretor de Administração e Finanças

Fabiana Rodrigues Marques

Fabiana Rodrigues Marques
Contadora CRC-RR 1007

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas de Roraima - SEBRAE/RR (“Entidade”) é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob a forma de Serviço social autônomo, regulada por estatuto, tendo por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento.

A sede da Entidade está localizada à Av. Major Williams, 680 - Bairro São Pedro, Boa Vista, estado de Roraima.

O SEBRAE/RR recebe recursos oriundos do SEBRAE Nacional (SEBRAE/NA), que é o responsável pelos repasses de recursos aos estados e Distrito Federal para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país.

Para manutenção de suas atividades poderá eventualmente promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. Os SEBRAE dos estados e Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídos como entidades juridicamente autônomas.

A Entidade tem como associados:

- Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima - SEPLAN;
- Banco da Amazônia S/A;
- Banco do Brasil S/A;
- Caixa Econômica Federal - CEF;
- Federação das Associações Comerciais e Industriais de Roraima - FACIR;
- Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM;
- Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Roraima - FAERR;
- Federação do Comércio, serviços e Turismo do Estado de Roraima - FECOMERCIO/RR;

- Federação das Indústrias do Estado de Roraima - FIER/RR;
- Agência de Fomento do Estado de Roraima - AFERR;
- Universidade Federal de Roraima - UFRR;
- Instituto Euvaldo Lodi - IEL;
- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural em Roraima - SENAR/RR;
- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial em Roraima - SENAC/RR; e
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/NA.

2 Base de apresentação e declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (nota explicativa nº 14) e os passivos e premissas relativos a planos de benefícios pós-emprego (nota explicativa nº 22). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação. A Administração revisa essas estimativas pelo menos anualmente.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua, pelo menos anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritos a seguir:

a. Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas.

A Entidade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas em bases mensais (nota explicativa nº 14).

b. *Premissas de cálculos atuariais sobre o plano de benefícios de risco pós-emprego*

O valor atual de obrigações de benefícios de risco a empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o plano, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações do plano.

A Entidade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações do plano. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Entidade considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado, informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa nº 22.

4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma.

5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

6 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas de forma consistente nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

As receitas de Contribuição Social Ordinária - CSO são relacionadas com as transferências periódicas do SEBRAE/NA para a Entidade, cujo registro é efetuado a partir do momento em que o direito ocorre, sendo normalmente recebida no mês de sua competência (nota explicativa nº 14). Essas receitas são relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB originadas do Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS (Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990 - contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país) ao SEBRAE/NA, que por sua vez repassa os recursos às Unidades regionais do Sistema SEBRAE.

As receitas de Contribuição Social Nacional - CSN são relacionadas à execução dos projetos eleitos para o exercício e apropriadas a partir da execução dos projetos (nota explicativa nº 14).

As receitas de empresas beneficiadas são reconhecidas quando da efetiva prestação do serviço.

As receitas de convênio com parceiros são apropriadas de acordo com a execução das despesas correlatas aos respectivos convênios de origem.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados.

A Entidade não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Entidade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade classifica os seus ativos financeiros não derivativos como empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis significativos abrangem: caixa e equivalentes de caixa, créditos a receber, recursos vinculados a convênios e contratos, transações com convênios a executar, créditos com o sistema SEBRAE e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo, que possuem liquidez imediata e vencimento original em até três meses, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

Créditos a receber

São reconhecidos os valores a receber pela venda de serviços e produtos da Entidade a prazo, assim como os adiantamentos a funcionários e terceiros. Não apresentam riscos financeiros significativos à entidade.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros, se houver, são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos significativos: fornecedores, obrigações com o sistema SEBRAE e outras obrigações.

Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades estatutárias, e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e o passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido como provisões no passivo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que os benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos como manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção

é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo levam às seguintes taxas de depreciação:

Descrição	Vida útil estimada
Edificações	25 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	8 anos
Instalações	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	4 anos
Veículos e acessórios	5 anos
Equipamentos de informática	3 anos

(iv) *Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)*

Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

d. *Provisões*

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através dos descontos dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes dos impostos, se aplicável, que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros quando incorridos são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos.

e. *Benefícios a empregados*

Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de remuneração em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Benefícios pós-emprego

A Entidade é uma das patrocinadoras solidárias do plano de benefícios SEBRAEPREV, administrado e executado pelo SEBRAE Previdência - Instituto SEBRAE de Seguridade Social. O plano possui características de contribuição definida cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas, exceto pelo

risco vinculado a projeção de contribuições em caso de invalidez ou morte. Essa parcela de risco gera a obrigação atuarial de benefício pós-emprego sob a qual a Entidade reconhece uma despesa de benefícios a empregados no resultado de cada exercício durante a carreira ativa de sua população.

Para apurar o valor da obrigação atuarial relativo aos benefícios de risco, a Entidade contrata anualmente um atuário qualificado (nota explicativa nº 22).

f. Obrigações com convênios e contratos

As verbas e recursos recebidos dos parceiros nos respectivos convênios são registradas no passivo circulante pelos montantes recebidos efetivamente e serão utilizadas na execução de projetos. Após a execução e comprovação dos gastos efetuados, esses montantes serão apropriados ao resultado como receitas de convênios, subvenções e auxílios. Sobre esses valores não incidem juros e nem atualização monetária.

g. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras estão representadas, basicamente, por rendimentos decorrentes das aplicações dos recursos da Entidade em fundos de renda fixa (nota explicativa nº 20).

As despesas financeiras referem-se, basicamente, a encargos e taxas bancárias cobrados por instituições financeiras que estão reconhecidas no resultado do exercício.

h. Tributação

O SEBRAE/RR é uma entidade isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 1º), por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída. Considera-se Entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

Com relação à tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio do art. 47 da Instrução Normativa da nº 247/2002, definiu o conceito de receitas da atividade própria, como sendo as derivadas das atividades próprias somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Além de parecer do tributarista Dr. Roque Carrazza, que concluiu estar o SEBRAE sob a égide constitucional da imunidade tributária, a 13ª. Vara Federal de Porto Alegre, em resposta a uma ação ordinária impetrada por uma unidade regional integrante do Sistema SEBRAE, expediu despacho/decisão de 1ª. instância, de que o art. 47 da referida IN é ilegal, e portanto, não restringe a isenção da Cofins de que trata a MP nº 2.158-35/2001. Essa decisão do Poder Judiciário Federal encontra-se atualmente vigente até a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Mesmo que a decisão judicial despachada conforme acima venha a não se perpetuar ao longo do trâmite judicial nas instâncias superiores, a Administração entende que a Entidade se enquadraria no regime não-cumulativo, segundo o disposto no art. 1º da Lei nº 10.833/2003. De acordo com esse regime, nenhuma obrigação seria devida pela Entidade considerando que os gastos diretos aplicados aos projetos superam as respectivas receitas de serviços.

Com relação à tributação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN sobre as receitas de empresas beneficiadas auferidas, de acordo com avaliações internas da Administração da Entidade, não são esperados efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Entidade

7 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2017	31/12/2016
Caixa - fundo fixo	3	3
Bancos	60	53
Aplicações financeiras (a)	4.540	12.379
	4.603	12.435

- (a) Recursos mantidos em fundos de investimentos de curto prazo, com taxa de remuneração média de 0,88% ao mês, destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade, conforme demonstrado a seguir:

Instituição financeira	Nome do fundo de investimento	30/06/2017	31/12/2016
Banco do Brasil S.A.	BB Curto Prazo Corporativo 600 mil	4.998	10.067
Caixa Econômica Federal	Caixa FIC Fundações Curto Prazo	963	2.516
		5.961	12.583
Aplicações vinculadas a recursos de CSN (b)		(1.421)	(204)
		4.540	12.379

- (b) Valores relativos à CSN a comprovar, classificados no passivo circulante, e relativos à disponibilidade dos convênios que foram destacados e segregados desta rubrica para demonstrarem o montante de recursos vinculados a convênios e programas, conforme descrito na nota explicativa nº 8.

8 Recursos vinculados a convênios e contratos

	30/06/2017	31/12/2016
Contribuição Social		
CSN a comprovar	1.421	204

Correspondem a recursos financeiros vinculados a programas, projetos e convênios sob execução do SEBRAE/RR, e que são apresentados separadamente da rubrica “caixa e equivalentes de caixa”, pois não constituem disponibilidade para a manutenção dos processos administrativos e operacionais da Entidade, conforme pronunciamento técnico CPC 03. A utilização de conta única para movimentação e aporte financeiro é prevista nos contratos dos convênios. Os recursos de CSN a comprovar são destinados para execução de programas e projetos nacionais como Projeto Crescer no

Campo, Atividade de Atendimento, Desburocratização pela Implementação da REDESIMPLES, Trade Turístico, Programa Nacional de Educação Empreendedora – PNEE, Cadeia Produtiva e Construções, SEBRAEBIO Agroecologia e Produção Orgânica, dentre outros.

9 Transações com convênios a executar

	30/06/2017	31/12/2016
Liberação de convênios		
PMBV – Rumo Certo	134	111
UFRR/AJURI - Programa Empreendedorismo em Roraima	65	65
JUNIOR ACHIEVEMENT- Introdução ao Mundo dos Negócios	-	20
	199	162
Execução de convênios		
PMBV – Rumo Certo	(102)	(102)
	97	94

Referem-se aos valores executados e comprovados por meio de prestações de contas dos parceiros, relativo a recursos de convênio, de acordo com programação prevista no plano de trabalho do exercício.

10 Aplicações financeiras

Instituição financeira	Nome do fundo de investimento	30/06/2017	31/12/2016
Banco do Brasil	BB RF LP Corporativo 3 milhões	-	254
Banco do Brasil	BB Milênio 10 FI Renda Fixa Longo Prazo	15.775	6.954
Caixa Econômica Federal	Fundo de investimento SEBRAE RF LP	12.540	17.985
		28.315	25.193

Recursos ordinários aplicados nos títulos relacionados, com taxa de remuneração média de 0,95% ao mês, destinados à aquisição da nova sede da Entidade. Conforme Ata da 9ª Reunião Ordinária e na Resolução CDE N° 190.16, o Conselho Deliberativo Estadual aprovou a aquisição de imóveis com recursos próprios (superávit financeiro) para atender a necessidade de espaço de atendimento do SEBRAE/RR. O novo projeto foi aprovado pelo SEBRAE/NA, sendo adquiridos dois imóveis em dezembro/2016 e dois imóveis em fevereiro/2017.

11 Imobilizado

	Saldo em 1º/01/2017	Adições	Baixas	Saldo em 30/06/2017
Custo				
Terrenos	1.310	-	-	1.310
Edificações (a)	3.937	8.066	-	12.003
Instalações	268	-	-	268
Móveis e utensílios	685	-	-	685
Veículos e acessórios	488	-	-	488
Máquinas e equipamentos	719	34	(29)	724
Equipamentos de informática	2.710	39	(32)	2.717
	<u>10.117</u>	<u>8.139</u>	<u>(61)</u>	<u>18.195</u>
Depreciação acumulada				
Edificações	(579)	(192)	-	(771)
Instalações	(268)	-	-	(268)
Móveis e utensílios	(374)	(20)	-	(394)
Veículos e acessórios	(337)	(12)	-	(349)
Máquinas e equipamentos	(307)	(29)	23	(313)
Equipamentos de informática	(1.917)	(201)	32	(2.086)
	<u>(3.782)</u>	<u>(454)</u>	<u>55</u>	<u>(4.181)</u>
Provisão para perdas (impairment)	<u>(41)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(41)</u>
Imobilizado líquido	<u>6.294</u>	<u>7.926</u>	<u>(6)</u>	<u>13.973</u>

(a) Aquisição de dois imóveis para utilização do espaço de atendimento e de projetos finalísticos do SEBRAE/RR.

	Saldo em 1º/01/2016	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2016
Custo				
Terrenos	1.310	-	-	1.310
Edificações	1.654	2.283	-	3.937
Instalações	268	-	-	268
Móveis e utensílios	656	57	(28)	685
Veículos e acessórios	944	-	(456)	488
Máquinas e equipamentos	700	142	(123)	719
Equipamentos de informática	2.791	179	(260)	2.710
	<u>8.323</u>	<u>2.661</u>	<u>(868)</u>	<u>10.117</u>
Depreciação acumulada				
Edificações	(553)	(26)	-	(579)
Instalações	(258)	(10)	-	(268)
Móveis e utensílios	(365)	(36)	27	(374)
Veículos e acessórios	(552)	(127)	342	(337)
Máquinas e equipamentos	(333)	(69)	95	(307)
Equipamentos de informática	(1.773)	(401)	257	(1.917)
	<u>(3.834)</u>	<u>(669)</u>	<u>721</u>	<u>(3.782)</u>
Provisão para perdas (impairment)	<u>(41)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(41)</u>
Imobilizado líquido	<u>4.448</u>	<u>1.992</u>	<u>(146)</u>	<u>6.294</u>

12 Fornecedores

	30/06/2017	31/12/2016
Fornecedores de materiais e serviços	<u>662</u>	<u>387</u>

Refere-se, basicamente, a obrigações contratadas junto a fornecedores de materiais e serviços para manutenção das atividades da Entidade.

13 Provisões trabalhistas

	30/06/2017	31/12/2016
Férias	798	834
13º Salário	392	-
Remuneração variável (a)	<u>-</u>	<u>366</u>
	<u>1.190</u>	<u>1.200</u>

- (a) Representa a participação de empregados e administradores a título de gratificações de desempenho, calculado sobre as metas de resultados institucionais, cumprimento dos limites orçamentários e os resultados por equipes.

14 Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

	30/06/2017	31/12/2016
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas		
Reclamações trabalhistas	<u>-</u>	<u>52</u>
Depósitos judiciais		
Reclamações trabalhistas	<u>47</u>	<u>55</u>

A redução da conta de reclamações trabalhistas refere-se a baixa de processos trabalhistas com situação “liquidado e arquivado”, com base na documentação e relatório recebidos da Assessoria Jurídica. A movimentação do saldo está demonstrada a seguir:

	31/12/2016	Baixas	30/06/2017
Reclamações trabalhistas	<u>52</u>	<u>52</u>	<u>-</u>

A Entidade efetuou a baixa depósitos judiciais no intuito de contrapor as contingências trabalhistas, cuja movimentação no período encontra-se demonstrada a seguir:

	31/12/2016	Baixas	30/06/2017
Depósitos judiciais	<u>55</u>	<u>8</u>	<u>47</u>

15 Transações com partes relacionadas

São definidos como partes relacionadas os seguintes entes:

- Quaisquer entidades integrantes do Sistema SEBRAE;
- Pessoal-chave da Administração; e
- Fundo de previdência privada (SEBRAEPREV)

As transações com as partes relacionadas estão resumidas conforme a seguir:

Em 6 de julho de 2016, o SEBRAE Nacional emitiu nova redação para a IN 37, normativo que trata sobre os critérios e procedimentos da execução orçamentária e financeira no âmbito do Sistema SEBRAE. As alterações estão suportadas pela Nota Técnica UGOC nº 09/2016, de 6 de junho de 2016, aprovada pela Diretoria do SEBRAE Nacional, e que produziu, resumidamente, as seguintes alterações:

1. Eliminação da regra de transferência de recursos CSO aos SEBRAEs estaduais com base na capacidade de execução de gastos (90%) e mediante valores previamente orçados, passando a ser com base nos valores efetivamente arrecadados e transferidos pela Receita Federal do Brasil ao SEBRAE Nacional. Essa nova sistemática de repasse passou a valer da data de aprovação da IN 37 em julho de 2016, porém, com referência desde a data-base de janeiro de 2016.

Consequentemente, também, passou a ser eliminada, a partir do exercício do 2016, a figura de CSO – Saldo (eventual diferença positiva entre os valores arrecadados e não repassados pelo SEBRAE Nacional aos SEBRAEs regionais, cujos repasses eram condicionados a eventos futuros).

2. Configuração da obrigação corrente, a partir da vigência da IN 37 alterada em julho de 2016, do SEBRAE Nacional perante aos SEBRAEs regionais de repasse de quaisquer recursos de CSO – Saldo ainda não repassados e apurados de acordo com a sistemática vigente anteriormente.

Assim, estas demonstrações financeiras contemplam o registro no ativo circulante (Transações com o Sistema SEBRAE) do valor de R\$ 1.694 de CSO e de 115 de CSO Saldos, sendo que a liquidação financeira ocorrerá até o mês de janeiro de 2017.

	30/06/2017	31/12/2016
Transações ativas - Créditos com o sistema SEBRAE		
CSN a receber	93	76
CSO a receber (a)	2.442	1.809
	<u>2.535</u>	<u>1.885</u>

- (a) Refere-se as contribuições sociais ordinárias e contribuições sociais ordinárias - saldos, conforme nota técnica da UGOC nº 09/2016. São valores efetivamente arrecadados e transferidos até março de 2017 pela Receita Federal do Brasil ao SEBRAE Nacional.

Não há aplicação de juros ou quaisquer ônus sobre os recursos a receber.

*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas
Empresas de Roraima - SEBRAE/RR
Demonstrações financeiras intermediárias em
30 de junho de 2017 e 2016*

	30/06/2017	31/12/2016
Transações passivas - Obrigações com o sistema SEBRAE		
CSN a devolver	1.421	204
	1.421	204
Transações passivas - Obrigações com o sistema SEBRAE a longo prazo		
Licença de software (a)	8	16
	8	16

- (a) Refere-se à aquisição de licenças Microsoft licitado pelo SEBRAE Nacional para benefícios de todo o sistema SEBRAE, conforme acordado com cada UF e termo de adesão, o valor respectivo será pago em 24 parcelas iguais.

CSN a devolver

Nesta rubrica são registradas as obrigações com o SEBRAE/NA, relativo aos recursos de “Contribuições Sociais Nacionais - CSN” recebidos e ainda não aplicados nos projetos específicos a que se destinam.

	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016
Transações no resultado - Contribuição social				
Contribuição Social Ordinária – CSO (a)	7.339	14.701	9.882	18.298
Contribuição Social Nacional – CSN (b)	1.266	1.519	543	683
	8.605	16.220	10.425	18.981

- (a) O aumento da CSO refere-se à reprogramação orçamentária em 2016, proveniente da redução orçamentária de 2015 e incorporação do saldo da Contribuição Social Ordinária do ano anterior reprogramado para aplicação em projetos e atividades em 2016;
- (b) A redução da CSN refere-se à liberação no ano 2016 de recursos do Projeto SEBRAEtec, em menor proporção, além do encerramento no ano de 2015 de Projetos com recurso de CSN, tais como Movimento Compre do Pequeno e Programa SEBRAE Mais;

As transações que afetam o resultado correspondem às contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE/NA, com base na arrecadação do ano anterior acrescido da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração contempla os membros do Conselho Deliberativo e Fiscal e Diretoria Executiva. De acordo com o art.9º, inciso VII do Estatuto Social do SEBRAE/NA e Art. 6º do Estatuto Social do SEBRAE/AC é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. É competência dos Conselhos Deliberativo Nacional - CDN e Estadual - CDE a definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva.

A seguir, quadro demonstrativo com valores acumulados de remuneração da pessoal chave da Administração:

	30/06/2017	30/06/2016
Remuneração de diretores	342	295
Benefícios	77	73
	419	368

A Entidade não concede empréstimos à diretoria executiva. Os valores envolvendo a entidade de previdência complementar SEBRAEPREV estão descritos na nota explicativa nº 21.

16 Patrimônio líquido

a. Superávit acumulado

Composto substancialmente de resultados apurados ao longo dos exercícios.

b. Ajustes de avaliação patrimonial

Em 2010, a Administração aplicou, com base no laudo de empresa especializada, o custo atribuído a terrenos e edificações que possuíam seus valores contábeis substancialmente fora dos valores de mercado. O referido laudo de avaliação, realizado em 31 de dezembro de 2010, determinou como valor justo desses ativos em 1º de janeiro de 2010 o montante de R\$ 2.722, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O saldo da referida rubrica é realizado com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens avaliados, sendo transferida para superávit acumulado.

17 Despesa com pessoal, encargos e benefícios sociais

	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016
Salários e proventos	(1.504)	(2.747)	(1.473)	(2.704)
13º salário	(152)	(299)	(140)	(270)
Férias	(193)	(374)	(207)	(380)
Outros gastos com pessoal	(25)	(70)	-	(37)
Encargos trabalhistas	(631)	(1.137)	(612)	(1.131)
Benefícios	(783)	(1.574)	(711)	(1.411)
	(3.288)	(6.201)	(3.143)	(5.933)

18 Serviços profissionais e contratados

	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016
Instrutoria e consultoria	(1.220)	(1.414)	(845)	(1.114)
Serviços técnicos especializados	(403)	(682)	(212)	(341)
Manutenção segurança e limpeza	(89)	(318)	(106)	(309)
Demais serviços contratados	(1.176)	(1.820)	(1.015)	(1.473)
Encargos sociais sobre serviços de terceiros	(36)	(51)	(56)	(60)
	(2.924)	(4.285)	(2.234)	(3.297)

19 Custos e despesas de operacionalização

	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016
Diárias e hospedagens	(549)	(727)	(404)	(479)
Passagens, transportes e locomoção	(352)	(579)	(310)	(356)
Aluguel e encargos	(166)	(323)	(186)	(378)
Divulgação, anúncio e publicidade	(95)	(122)	(103)	(143)
Serviços gráficos e de reprodução	(535)	(672)	(412)	(530)
Serviços de comunicação em geral	(58)	(123)	(42)	(97)
Material de consumo e demais custos	(43)	(105)	(64)	(117)
Demais custos e despesas gerais	(122)	(219)	(210)	(283)
	<u>(1.920)</u>	<u>(2.870)</u>	<u>(1.731)</u>	<u>(2.383)</u>

20 Receitas e despesas financeiras

	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre recursos ordinários	<u>827</u>	<u>1.846</u>	<u>1.045</u>	<u>2.007</u>
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	<u>(7)</u>	<u>(15)</u>	<u>(3)</u>	<u>(9)</u>

21 Instrumentos financeiros

Da mesma forma que em todos os outros negócios, a Entidade poderá estar exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Não houve qualquer alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de exercícios anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes: caixa e equivalentes de caixa, créditos a receber, recursos vinculados a convênios e programas e fornecedores.

Risco de crédito

O risco de crédito para a Entidade surge preponderantemente de disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de Investimentos financeiros. A Entidade aplica recursos apenas em fundos de investimentos administrados pelo Banco do Brasil S.A, Caixa Econômica Federal e Banco da Amazônia S.A. A Entidade não contrata derivativos para gerenciar o risco de crédito.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Abaixo seguem divulgações quantitativas da exposição ao risco de crédito em relação aos ativos financeiros, pelos valores contábeis.

Ativos financeiros	30/06/2017	30/06/2016
Caixa e equivalentes de caixa	4.603	6.580
Outros créditos	547	498
Aplicações financeiras	28.135	25.983
	<u>32.285</u>	<u>33.061</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Em 30 de junho de 2017, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros da Entidade é apresentado a seguir (valores contábeis):

Passivos financeiros	Valor em 30/06/2017	até 6 meses	Até 1 ano	mais de 1 ano
Fornecedores	662	-	662	-
Obrigações com o sistema SEBRAE	1.429	-	1.429	-

Risco de mercado (taxa de juros)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, relevantemente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco da Amazônia. Conforme comentado na nota explicativa nº 7 e 8, as aplicações por meio dos fundos de investimento são relevantemente efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

A Entidade não tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio.

22 Benefícios pós-emprego

A Entidade é patrocinadora de plano de benefícios de previdência complementar aos seus colaboradores, por meio da entidade SEBRAEPREV - Instituto SEBRAE de Seguridade Social.

O plano de previdência complementar administrado pelo SEBRAEPREV é um plano de benefício do tipo Contribuição Definida (CD).

A seguir os valores de contribuições do patrocinador e dos participantes:

Contribuições	30/06/2017	30/06/2016
Participantes		
Básica	85	84
Serviço passado	6	6
Voluntária	18	14
Patrocinador		
Básica	85	84
Benefício de risco	4	4

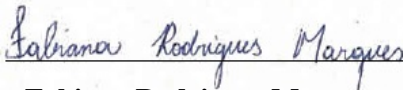
A Entidade contrata anualmente empresa especializada para cálculo de possíveis obrigações atuariais a serem contabilizadas em suas demonstrações financeiras.

Dirigentes:

Luciana Surita da Motta Macedo
Diretora Superintendente

Almir Morais Sá
Diretor de Administração e Finanças

Maria Cristina de Andrade Souza
Diretora Técnica


Fabiana Rodrigues Marques
Contadora CRC-RR 1007